

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR  
CAMPUS PROFESSOR FRANCISCO GONÇALVES QUILES – CACOAL  
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE DIREITO**

**BRUNO TRAJANO PINTAR**

**A IMUNIDADE TRIBUTÁRIA PARA ARQUIVOS DE MÍDIA *ONLINE***

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO  
MONOGRAFIA**

**CACOAL – RO  
2015**

**BRUNO TRAJANO PINTAR**

**A IMUNIDADE TRIBUTÁRIA PARA ARQUIVOS DE MÍDIA *ONLINE***

Monografia apresentada ao curso de Direito da Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR – *Campus* Professor Francisco Gonçalves Quiles – Cacoal, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Direito, elaborada sob a orientação da professor M.e Gilson Tetsuo Miyakava.

**CACOAL - RO  
2015**

# **A IMUNIDADE TRIBUTÁRIA PARA ARQUIVOS DE MÍDIA *ONLINE***

**BRUNO TRAJANO PINTAR**

Monografia apresentada ao Curso de Direito da Fundação Universidade Federal de Rondônia UNIR – *Campus* Professor Francisco Gonçalves Quiles – Cacoal, para obtenção do grau de Bacharel em Direito, mediante a Banca Examinadora formada por:

---

Professor M.e Gilson Tetsuo Miyakava - UNIR - Presidente

---

Professora M.e Silvério dos Santos Oliveira - UNIR - Membro

---

Professor Esp. Jonathan Siviero - UNIR - Membro

Conceito: \_\_\_\_\_

Cacoal, ..... de dezembro de 2015.

O presente trabalho é dedicado aos meus amados pais, Cesar e Lucinha, por sempre acreditarem em meu potencial e por sempre me apoiarem.  
Ao meu querido irmão Tulio, a minha filha Yasmin e a minha namorada Bárbara por vibrarem com minhas vitórias.

## **AGRADECIMENTOS**

Inicialmente, agradeço a Deus por estar presente em todos momentos de minha vida.

Ao meu orientador Gilson Tetsuo Miyakava, que sempre esteve disponível para sessar minhas dúvidas e não medindo esforços para repassar conhecimento.

Não esquecendo dos meus grandes amigos Osmar Moraes e Jaime Leônidas, que sempre dividiram, desgastantes e produtivas horas de estudos e trabalhos, sendo que a amizade superou todos as adversidades, começando no primeiro dia de aula e se estendendo para uma eternidade.

## RESUMO

O presente trabalho remete a questão da imunidade tributária que não atinge os arquivos de mídia *online*. Partindo de uma metodologia hermenêutica dogmática, ao qual o estudo “embarcará” na interpretação dedutiva do assunto, a qual remete a uma possível inconstitucionalidade a cerca do tema imunidade tributária, pois o arquivo não atingido se enquadra dentro das previsões de possibilidades ensejadas na constituição. Sendo assim, esse não enquadramento prejudica aos fabricantes e consumidores deste tipo de documento, pois o seu custo de produção fica maior e por conseguinte o repasse para o leitor também fica mais caro e de difícil acesso para o consumidor. Com isso, vê-se uma possível afronta ao princípio da isonomia tributária, pois um produtor de uma revista de papel paga somente o tributo da tinta, já o produtor do arquivo de mídia online paga um todo de sua produção, mesmo este se enquadrando no rol do artigo 150, VI, alínea “d” e inciso II da Constituição Federal. Com o “cerco” fechado para este tipo de arquivo de mídia existe a possível controvérsia a despeito da vontade do legislador, que seria a liberdade de expressão. Objetivando dentro do contexto a qualidade majorada e custos minorados do produto (mídia *online*) para satisfazer os anseios do destinatário final e a vontade do legislador atingida.

**Palavras-chave:** Arquivo. Mídia. *Online*. Imunidade.

## **ABSTRACT**

The present work refers to the issue of tax immunity which does not reach the online media files. From a dogmatic hermeneutic methodology, to which the study "embarks" on direct and indirect interpretation, which refers to a possible unconstitutionality about the tax immunity, because the online file falls within the provisions of established possibilities in the constitution. Thus, this framework does not cause harm to manufacturers and consumers of this type of document, whose cost of production is greater and therefore the transfer to the reader also gets more expensive. Thus, we see a possible affront to the principle of tax equality, as a producer of a paper magazine only pays ink, as the producer of online media files pays all of its production, even though it fits in the list of article 150, VI, "d" and section II of the Constitution. With the "siege" closed for this type of media file there is a possible controversy despite the will of the legislature, it would be freedom of expression. Aiming within the context to increase quality and minimize costs of the product (online media) to satisfy the desires of the ultimate consignee and the will of the legislature reached.

**Keywords:** File. Media. Online. Immunity.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>08</b>
<b>1 IMUNIDADE TRIBUTÁRIA.....</b>	<b>11</b>
1.1 CARACTERÍSTICAS ESSENCIAIS.....	13
1.2 DISTINÇÃO ENTRE IMUNIDADE E ISENÇÃO.....	16
1.3 A IMUNIDADE PARA OS ARQUIVOS DE MÍDIA.....	17
<b>2 ARQUIVOS DE MÍDIA ONLINE.....</b>	<b>21</b>
1.4 PREVISÃO NO ROL DA IMUNIDADE TRIBUTÁRIA.....	25
<b>3 A IMUNIDADE TRIBUTÁRIA PARA OS ARQUIVOS DE MÍDIA ONLINE.....</b>	<b>28</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>37</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>39</b>



## INTRODUÇÃO

A Constituição Federal brasileira de 1988 em seu artigo 150 inciso II prevê uma igualdade entre os contribuintes equivalentes, ou seja, para a cobrança das alíquotas, isenções, imunidades e correções devem ser de forma igualitária pelo possuidor do crédito, o estado.

Já do Artigo 150, VI, alínea “d”, traz as condições para que algo seja imune de tributação, referindo-se a sistemática específica para tal possibilidade jurídica, como a periodicidade de livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão. O não respeito a estes artigos gera uma presumível inconstitucionalidade, pois fere o princípio da igualdade tributária.

Um dos fatos mais importantes é o alcance da formação de ideia do leitor, para isso, este deve encontrar facilmente uma bibliografia, uma história, uma revista, com maior acessibilidade, para aprimorar sua educação e informação, satisfazendo seus anseios. Sendo para tal finalidade relevante a questão da imunidade tributária dirigida para as empresas que fabricam as mídias online.

Essa imunidade filia-se aos dispositivos constitucionais que asseguram a liberdade de expressão e opinião e partejam o debate de idéias, em prol da cidadania, além de simpatizar com o desenvolvimento da cultura, da educação e da informação, de forma que a interpretação que se deve fazer da Constituição.

Com a imunidade tributária efetivada, os jornais, revistas, periódicos *online*, terão um menor custo de produção e reprodução, originando com isso um número maior de informações gratuitas e as que já existem possivelmente podem ser retomadas com maior qualidade.

Para o alcance do contribuinte a tal possibilidade jurídica ele deve enquadrar-se no rol do artigo 150, VI, alínea “d”, para que seu tributo seja criado, porém, não seja incidido.

Este tipo de imunidade favorece sempre ao leitor, que busca uma leitura de qualidade, sendo assim, a elevação à cultura e educação não ficam a desejar, pois a mídia *online* sendo acessível provavelmente aumentará o número de leitores e pessoas que buscam tal tipo de documento, quer este seja para lazer ou para aprimorar conhecimento.

Porém a mídia *online* fica restringida do alcance da imunidade tributária, somente papéis impressos, como livros, jornais, revistas e periódicos que são contemplados com tal medida da constituição brasileira.

Com isso, o presente trabalho busca a plausível forma de enquadramento da mídia *online* (ebook, e-reader, revistas e periódicos *online*), no rol do artigo de imunidade tributária, sendo que o não enquadramento deste tipo de arquivo passível questionamento de sua inconstitucionalidade.

Ainda, dentro do elencado, a vontade do legislador fica a desejar, pois no momento de sua publicação do dispositivo da lei, uma literalidade a cerca do assunto não fora implantada, sendo que ele deixa a critério de quem interpreta se é possível ou não o cabimento deste tipo de imunidade para o arquivo de mídia *online*.

É certo que o constituinte de 1988 teve a oportunidade de adotar redação expressamente mais abrangente para a norma imunizante, e não o fez. Isto, porém, não quer dizer que o intérprete da Constituição não possa adotar, para a mesma norma, a interpretação mais adequada, tendo em vista a realidade de hoje.

A busca da constitucionalidade da imunidade tributária para os arquivos de mídia online é pautada na metodologia dedutiva, com premissa dogmática, da qual o autor busca de vários pressupostos literários, que ainda são discutidas no congresso nacional e por doutrinadores e legisladores, e chega a um ponto final, dando senso claro sobre a possibilidade de enquadrar este tipo de artigo na CF/ 88.

Pois existem posicionamentos do congresso nacional a respeito do assunto, onde uma maioria pende para a possibilidade jurídica de o arquivo de mídia *online* ser enquadrada no rol dos arquivos passíveis de imunidade tributária.

Com várias premissas menores que discutem a respeito do tema é possível chegar à dedução do que será elencado a seguir, remetendo a imunidade tributária

para os arquivos de mídia *online* como uma questão constitucional, não podendo ser desconsiderada, pois essas “menores” levam a uma intenção maior que é a constitucionalização do dispositivo.

## 1 IMUNIDADE TRIBUTÁRIA

A imunidade tributária é quando o tributo não é gerado e também não pode ser feita sua cobrança, sendo assim, as pessoas que possuem a capacidade para receber o crédito do estado não podem o fazer, pois existe uma especificação do artigo 150 da constituição federal que elege os possuidores dessa possibilidade. O professor Carvalho (2007, p.178) indica o conceito de imunidade da seguinte forma:

A classe finita e imediatamente determinável de normas jurídicas, contidas no texto da Constituição Federal, que estabelecem de modo expreso a incompetência das pessoas políticas de direito interno, para expedir regras instituidoras de tributos que alcancem situações específicas e suficientemente caracterizadas.

Ele ainda faz uma analogia quanto à possibilidade de contrair uma doença, se você for vacinado não adquirirá, ou seja, será imune àquele vírus ou bactéria. No âmbito tributário, a pessoa ou empresa imune será impossibilitada de ser tributada sobre determinada matéria específica.

Silva (2010, p.213) deixa seu comentário ao texto da Constituição Federal de 1988 no que tange às imunidades tributárias:

As imunidades fiscais, instituídas por razões de privilégio ou considerações de interesse geral (neutralidade religiosa, econômicas, sociais ou políticas), excluem a atuação do poder de tributar. Nas hipóteses imunes de tributação inócorre fato gerador da obrigação tributária. Nisso diferem imunidades e isenções, pois relativamente a estas dá-se o fato gerador da obrigação tributária, mas o contribuinte fica apenas dispensado do pagamento do tributo. As imunidades configuram privilégios de natureza constitucional e não podem estender-se além das hipóteses expressamente previstas na Constituição[...]

A palavra imunidade já é possuidora de um conceito próprio, sendo que quando algo está imune fica vedado o alcance de algo, a exemplo de imunidade tributária, o possuidor do crédito, o estado, fica vedado de alcançar o contribuinte, ou seja, este fica vedado ao imposto que lhe seria cobrado.

Ainda é citada de ponto a ponto a imunidade tributária por Baleeiro (2005, p.228) onde um objetivismo específico é refletido a cerca da imunidade tributária em contexto geral do artigo 150 da constituição federal brasileira de 1988:

Do ponto de vista jurídico, em geral, todos se põem de acordo em que a imunidade: 1. é regra jurídica, com sede constitucional; 2. é delimitativa (no

sentido negativo) da competência dos entes políticos da Federação, ou regra de incompetência; 3. obsta o exercício da atividade legislativa do ente estatal, pois nega competência para criar imposição em relação a certos fatos especiais e determinados; 4. distingue-se da isenção, que se dá no plano infraconstitucional da lei ordinária ou complementar.

Como já especificado, a imunidade advém do texto constitucional brasileiro, mais especificamente no artigo 150, onde é considerada uma não incidência qualificada do tributo, onde é uma das principais diferenças para a isenção tributária.

Neste sentido Borges (2000, p.112) apresenta a imunidade uma forma diferente de não incidência tributária, pois ele reme a não competência de tributar:

[...] a regra jurídica de imunidade insere-se no plano das regras negativas de competência. O setor social abrangido pela imunidade está fora do âmbito da tributação. Previamente excluído, como vimos, não poderá ser objeto de exploração pelos entes públicos.

De forma mais clássica Baleeiro(2005, p.228) apresenta este tipo de não cobrança de tributos, dos quais o primordial é o respeito constitucional:

A imunidade é regra constitucional expressa (ou implicitamente necessária), que estabelece a não-competência das pessoas políticas da federação para tributar certos fatos e situações, de forma amplamente determinada, delimitando negativamente, por meio de redução parcial, a norma de atribuição de poder tributário. A imunidade é, portanto, regra de exceção e de delimitação de competência, que atua, não de forma sucessiva no tempo, mas concomitantemente.

Mello (2011, p.93) reflete sobre qual o sujeito determinado para que seja efetuada a incidência tributária, sendo trazido cada um específico na constituição brasileira, onde é definido o alcance da norma e onde ela deve deixar de atuar:

Na verdade, as normas jurídicas que definem os casos de imunidade tributária são as normas formuladas negativamente para delimitar o campo em que o poder de tributar pode ser exercido. [...] Por serem normas de competência tributária, definidoras, portanto, de alcance do poder de tributar, a sua incidência se dá precisamente para proibir que certas pessoas possam ser definidas como sujeito passivo de relação jurídica tributária, em geral, ou especificamente quando relacionadas a certos bens, ou, ainda, que determinados bens não podem ser objeto de tributação.

Miranda (1946, p. 328) também elenca sobre a competência do poder público de atuação, a qual a parte legislativa é impositiva e define o que não pode ser taxado por impostos.

[...]a regra jurídica de imunidade é regra jurídica do plano da competência dos poderes públicos – obsta à atividade legislativa impositiva, retira ao corpo que cria impostos qualquer competência para pôr, na espécie.

Sabbag (2012, p.98) indica a posição do Supremo Tribunal Federal onde separa imunidade de isenção:

Para o STF, que se fia a estes rudimentos conceituais aqui brevemente expostos, o que se inibe na isenção é o lançamento do tributo, tendo ocorrido o fato gerador e nascido o liame jurídico-obrigacional. Na imunidade, não há que se falar em relação jurídico-tributária, uma vez que a norma imunizadora está fora do campo de incidência do tributo, representando obstáculo, decorrente de regra da Constituição, à incidência de tributos sobre determinados fatos, situações ou pessoas.

Assim, existe a criação e o lançamento do tributo, porém não existe a cobrança deste, pois os que estão destinados a imunidade tributária se escusam do pagamento, sendo constitucional essa possibilidade de não pagar um tributo imposto pelo estado, pois existe um benefício social por trás de tudo isso que será demonstrado mais adiante.

## 1.1 CARACTERÍSTICAS ESSENCIAIS

Sendo a CF de 1988 a base para tal pesquisa, que destina ao não pagamento de impostos por mídias *online*, não se pode deixar passar o significado de imunidade tributária, que é trazido pelo autor Machado (2013, p. 288), onde ele afirma que a competência tributária tem limites, pois a imunidade impede que tenha incidência tributária naquilo que seja definido por lei como imune. O autor Nogueira (1999 p. 135), também explica:

Uma forma qualificada ou especial de não-incidência, por supressão, na Constituição, da competência impositiva ou do poder de tributar, quando se configuram certos pressupostos, situações ou circunstâncias previstas pelo Estatuto Supremo. A imunidade é, assim, uma forma de não-incidência pela supressão da competência impositiva para tributar certos fatos, situações ou pessoas, por disposição constitucional.

A exemplo o artigo 150, inciso IV, alínea “d” que cita ponto a ponto das possibilidades significativas para imunidade ser alcançada e cada tipo de publicação que deva ser imune como traz o rol:

Art. 150 - Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:  
VI - utilizar tributo com efeito de confisco;  
d) livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão

Portanto, a imunidade tributária consiste no fato gerador do tributo e toda sua devida criação, porém no momento de ser pago o contribuinte tem um certo perdão, não sendo necessário o pagamento do imposto para os referidos itens já citados.

Doutrinadores apresentam a imunidade de duas formas, uma sendo mais direta e específica ao artigo supracitado, chamando-a de restritiva, e a outra é a extensiva, da qual a doutrina atualiza o código, trazendo as informações deste para um mundo modernista e constitucional. Isso é reconhecido pela suprema corte:

O ministro lembrou que essa controvérsia é objeto de “acalorado debate” na doutrina e na jurisprudência e citou as duas correntes (restritiva ou extensiva) que se formaram a partir da interpretação da alínea “d” do inciso VI do artigo 150 da Constituição Federal. “A corrente restritiva possui um forte viés literal e concebe que a imunidade alcança somente aquilo que puder ser compreendido dentro da expressão ‘papel destinado a sua impressão’. Aqueles que defendem tal posicionamento aduzem que, ao tempo da elaboração da Constituição Federal, já existiam diversos outros meios de difusão de cultura e que o constituinte originário teria optado por contemplar o papel. Estender a benesse da norma imunizante importaria em desvirtuar essa vontade expressa do constituinte originário”, explicou.

Delimitando raciocínio, os materiais a serem imunes, são os que possuem uma periodicidade de publicações, ou seja, que sejam livros, jornais, quadrinhos, entre outros. Um exemplar único de notícia e os meios eletrônicos para essa finalidade ficariam descartados de possibilidade de não tributação. Diante disso, Alexandre (2013, p. 568) leciona:

O problema é que, nos dias atuais, o mundo passa por uma rápida disseminação dos livros em meio eletrônico (e-books), o que deve justificar uma evolução na jurisprudência da Suprema Corte, sob pena de frustrar o objetivo que presidiu a elaboração da regra imunizante ora estudada, qual seja, baratear a difusão da cultura e do pensamento. Ao que parece, o mais adequado seria entender que o livro, o jornal e o periódico são imunes, não importando a forma de apresentação. Se for adotada a forma tradicional em suporte físico (papel, CD-ROM, e-reader etc.), de forma a imunizar todos os livros, mas apenas um suporte físico (papel). Nessa linha, a aquisição do leitor eletrônico (e-reader) não deve ser considerada imune, mas a aquisição do livro eletrônico, mediante download ou outra forma qualquer, deve ser considerada insuscetível de tributação.

Nesta seara a divergência doutrinária sempre fora discutida, pois alguns aceitam e outros não, a imunidade tributária. Dificilmente cada posicionamento

diverge da constituição, pois um, mesmo sendo mais retrógrado, implica diretamente na lei, o outro sendo mais hodierno é aceito diante vários dos tribunais que serão citados. Diante disso o posicionamento de Brito Machado (2009, p. 288.) é o seguinte:

A imunidade do livro, jornal ou periódico, e do papel destinado a sua impressão, há de ser entendido no sentido finalístico. E o objetivo da imunidade poderia ser frustrado se o legislador pudesse tributar qualquer dos meios indispensáveis à produção dos objetos imunes (...) Na interpretação da norma imunizante tem-se de atualizar o seu significado, ampliando-se quando necessário o seu alcance para que não reste a mesma inutilizada por um espécie de esclerose que a dominaria se prevalente o sentido estritamente literal.

O aplicador da norma remete o artigo a um tema atual, ou seja, o artigo advindo de 1988 foi interpretado de forma mais moderna e adequada para o presente, sendo que a constituição não fora ferida para esse posicionamento do TRF.

Com um julgado do Supremo Tribunal Federal (STF) a imunidade tributária é vinculada diretamente a liberdade de expressão, fixando que a qualidade pouco importa, pois ninguém é competente para definir se algo é bom ou ruim, apenas o leitor deve ter a disponibilidade de querer ler ou não e saber se aquilo satisfaz a sua ânsia na busca do desejado para ler e concluir. Assim define:

Álbum de figurinhas'. Admissibilidade. A imunidade tributária sobre livros, jornais, periódicos e o papel destinado à sua impressão tem por escopo evitar embaraços ao exercício da liberdade de expressão intelectual, artística, científica e de comunicação, bem como facilitar o acesso da população à cultura, à informação e à educação. O Constituinte, ao instituir esta benesse, não fez ressalvas quanto ao valor artístico ou didático, à relevância das informações divulgadas ou à qualidade cultural de uma publicação. Não cabe ao aplicador da norma constitucional em tela afastar este benefício fiscal instituído para proteger direito tão importante ao exercício da democracia, por força de um juízo subjetivo acerca da qualidade cultural ou do valor pedagógico de uma publicação destinada ao público infanto-juvenil. (RE 221.239, Rel. Min. Ellen Gracie, julgamento em 25-5-2004, Segunda Turma, DJ de 6-8-2004. No mesmo sentido: RE 179.893, Rel. Min. Menezes Direito, julgamento em 15-4-2008, Primeira Turma, DJE de 30-5-2008. (STF, 2004)

Se existe a possibilidade da imunidade existir a imunidade para álbuns de figurinhas é impossível não admitir que exista a característica de uma vontade imposta do legislador, isso na tangente da liberalidade expressiva. Pois a remissão a



cultura popular e expressão intelectual remetem a essa característica da lei de imunidade.

## 1.2 DISTINÇÃO ENTRE IMUNIDADE E ISENÇÃO

As duas formas de imunidade são para que basicamente os tributos não sejam efetivos ou até mesmo não criados. A exemplo da imunidade, a qual o tributo nem chega a ser gerado, nascido, criado, existindo somente a relação jurídico-tributária, ou seja, aquela certa produção deverá cumprir as obrigações patrimoniais impostas por lei, sendo que para tal o tributo não será gerado.

Já a isenção, existe a criação do tributo e toda burocracia, porém no momento de sua cobrança e lançamento, este passa a não ser mais eficaz, fazendo com que o contribuinte não precise mais pagar aquele crédito que era devido ao governo. Diniz (2006, p.109), diferencia ambos da seguinte forma:

“1) a imunidade é, por natureza, norma constitucional, enquanto a isenção é normal legal, com ou sem suporte expresso em preceito constitucional; 2) a norma imunizante situa-se no plano da definição da competência tributária, alocando-se a isenção, por seu turno, no plano do exercício da competência tributária; 3) ainda que a isenção tenha suporte em preceito constitucional específico, a norma constitucional que a contém possui eficácia limitada, enquanto a imunidade abriga-se em norma constitucional de eficácia plena ou contida; e 4) a eliminação da norma imunizatória somente pode ser efetuada mediante o exercício do Poder Constituinte Originário, porquanto as imunidades são cláusulas pétreas, desde que não seja o caso da imunidade ontológica; uma vez eliminada a isenção, por lei, restabelece-se a eficácia da lei instituidora do tributo, observados os princípios pertinentes”.

Com isso, a diferença mais evidente entre as duas vertentes é a geração de um tributo, mas a não cobrança deste (imunidade tributária). Já a outra, é a não geração de tributo, conseqüentemente a impossível cobrança, por não existir nota de crédito governamental (isenção tributária).

### 1.3 A IMUNIDADE PARA OS ARQUIVOS DE MÍDIA

Comtemplando a constituição, existe o embate da configuração de enquadramento dos arquivos de mídia *online* no rol dos contemplados de imunidade tributária, mesmo este sendo um periódico, revista ou jornal, destinado à cultura ou lazer.

A pertinência não alcançada pela vigência tributária atual é na cobrança incidida sobre os arquivos de mídia *online*, que não deixam de estar enquadrados no rol do artigo 150 já supracitado. Alguns julgados trazem favor no tocante a imunidade, a exemplo do Tribunal Regional Federal da 4ª Região:

CONSTITUCIONAL. TRIBUTÁRIO. IMUNIDADE. LIVROS ELETRÔNICOS E ACESSÓRIOS. INTERPRETAÇÃO TELEOLÓGICA E EVOLUTIVA. POSSIBILIDADE. 1. Na hipótese dos autos, a imunidade assume a roupagem do tipo objetiva, pois atribui a benesse a determinados bens, considerados relevantes pelo legislador constituinte. 2. O preceito prestigia diversos valores, tais como a liberdade de comunicação e de manifestação do pensamento; a expressão da atividade intelectual, artística e científica e o acesso e difusão da cultura e da educação. 3. Conquanto a imunidade tributária constitua exceção à regra jurídica de tributação, não nos parece razoável atribuir-lhe interpretação exclusivamente léxica, em detrimento das demais regras de hermenêutica e do "espírito da lei" exprimido no comando constitucional. 4. Hodiernamente, o vocábulo "livro" não se restringe à convencional coleção de folhas de papel, cortadas, dobradas e unidas em cadernos. 5. Interpretar restritivamente o art. 150, VI, "d" da Constituição, atendo-se à mera literalidade do texto e olvidando-se da evolução do contexto social em que ela se insere, implicaria inequívoca negativa de vigência ao comando constitucional. 6. A melhor opção é a interpretação teleológica, buscando aferir a real finalidade da norma, de molde a conferir-lhe a máxima efetividade, privilegiando, assim, aqueles valores implicitamente contemplados pelo constituinte. 7. Dentre as modernas técnicas de hermenêutica, também aplicáveis às normas constitucionais, destaca-se a interpretação evolutiva, segundo a qual o intérprete deve adequar a concepção da norma à realidade vivenciada. 8. Os livros são veículos de difusão de informação, cultura e educação, independentemente do suporte que ostentem ou da matéria prima utilizada na sua confecção e, como tal, fazem jus à imunidade postulada. Precedente desta E. Corte: Turma Suplementar da Segunda Seção, ED na AC nº 2001.61.00.020336-6, j. 11.10.2007, DJU 05.11.2007, p. 648. 9. A alegação de que a percepção do D. Juízo a quo ingressa no campo político não merece acolhida, haja vista que interpretar um dispositivo legal é exercício de atividade tipicamente jurisdicional. 10. Não há que se falar, de outro lado, em aplicação de analogia para ampliar as hipóteses de imunidade, mas tão-somente da adoção de regras universalmente aceitas de hermenêutica, a fim de alcançar o verdadeiro sentido da norma constitucional. 11. Apelação e remessa oficial improvidas." (TRF4, 2007)

Diante dos fatos, o STF deu o seu posicionamento, gerando diante da lide uma determinação de que a imunidade será ou não acatada nas mídias online com o resultado obtido no Recurso Extraordinário (RE 330817), pacificando a situação:

A imunidade tributária concedida a livros, jornais, periódicos e ao papel destinada à sua impressão, prevista na alínea “d” do inciso VI do artigo 150 da Constituição Federal, alcança os livros eletrônicos ou e-books? A resposta à controvérsia será dada pelos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) no julgamento do Recurso Extraordinário (RE 330817), de relatoria do ministro Dias Toffoli. O processo teve a repercussão geral reconhecida por meio de deliberação do Plenário Virtual e a decisão do STF no caso deverá ser aplicada às ações similares em todas as instâncias do Poder Judiciário. (STF, 2007)

Porém, até a chegada data, algumas editoras e produtoras de mídias *online* se veem prejudicadas e incapacitadas em vários âmbitos pela não imunidade de tributos.

Inegável a segurança trazida pela imunidade no que tange a cultura e educação, a despeito das melhorias acrescidas no sistema social o professor Coelho (1997, p. 143)

Essa imunidade filia-se aos dispositivos constitucionais que asseguram a liberdade de expressão e opinião e partejam o debate de idéias, em prol da cidadania, além de simpatizar com o desenvolvimento da cultura, da educação e da informação, de forma que a interpretação que se deve fazer da Constituição, in casu, é muito mais teleológica do que literal.

Também refletida a forma interpretativa constitucional, a qual é demonstrada a sua metodologia, a busca pela literalidade não condiz com a realidade vivida nos tempos atuais. Assim, o benefício social deve ser levado em conta, pois a mídia *online* sendo atingida pela imunidade faz com que isso seja considerado algo relevante.

É possível encontrar acórdãos que divergem do sentido estrito da lei, no qual deixa a vontade do legislador agir, deixando a democracia e a constituição à vontade de fazer o que é permitido pelo artigo. Sendo que o artigo deixa implícito o alcance da imunidade tributária.

Felício (2013, p. 03) indica os acórdãos abaixo:

IMUNIDADE - IMPOSTOS - LIVROS, JORNAIS, PERIÓDICOS E PAPEL DESTINADO À IMPRESSÃO - APOSTILAS. O preceito da alínea "d" do inciso VI do artigo 150 da Carta da República alcança)." as chamadas apostilas, veículo de transmissão de cultura simplificado.(RE 183.403, 2ªT., rel. Min. Marco Aurélio, 07-11-2000Tal, interpretação vocalizada em uma abrangência maior do referido artigo levou à produção da Súmula nº. 657 pelo Supremo Tribunal Federal, que dispõe:"A imunidade prevista no artigo 150, VI, "d", da CF abrange os filmes e papéis fotográficos necessários à publicação de jornais e periódicos.

Quando o papel fotográfico fora atingido pela decisão do acórdão supracitado fica implícita a possibilidade do alcance do mesmo aparelho legislativo para servir ao arquivo de mídia *online*, pois o arquivo não está especificado no artigo 150, mas o papel fotográfico também não está, nem por isso fora desconsiderado.

O mesmo autor ainda explana alguns pontos que os autores que defendem a difusão da imunidade tributária sendo assim elencado:

Em um momento que grande parte dos livros, jornais e revistas já se encontram disponíveis em versões eletrônicas e as editoras já promoveram uma corrida tecnológica para se readequarem a esta nova mídia, o STF (que, aliás, também caminha nesta trilha, aprimorando seus serviços eletrônicos, notadamente através da internet) ainda não reconhece a imunidade dos livros eletrônicos em real incongruência com a realidade atual e com o desiderato da norma constitucional. (FELÍCIO, 2013, p. 4).

Assim, o autor demonstra o choque de realidade existente acerca da imunidade tributária para os arquivos de mídia *online*, pois o próprio STF necessita desse tipo de arquivo para efetivação do seu trabalho.

Gerando com isso uma desvinculação da norma com a realidade, pois mesmo o artigo relativo à imunidade tendo sido escrito em um passado que não existia esse tipo de arquivo.

O legislador deixou a sua interpretação extensiva, onde não delineou o que deveria ser alvo de imunidade, somente os derivados do que fora redigido no texto constitucional, ou seja, ele pensou em futuro, algo que não existia no momento que fora escrito o artigo, que hoje existe e essa intenção deveria ser respeitada.

Com isso, o alcance da mídia *online* é viável, pois é o que fora previsto no passado, o autor previu e aconteceu, uma forma diferente de expor um livro, uma foto ou vídeo, que é o que existe hoje em dia, como os *ebooks*, *e-reader*, ou qualquer outro arquivo baixa do internet, que não podem ser deixados de lado no

questo imunidade , pois essa “discriminação” pode gerar graves danos sociais no que se refere a cultura, conhecimento e lazer.

## 2 ARQUIVOS DE MÍDIA *ONLINE*

O arquivo de mídia pode ser entendido como documento que se encontre dentro de um sistema de micro computador, tablet, celulares, e outros sistemas digitais para leitura de arquivos. Já a mídia *online* é quando um arquivo que se encontra quando algum sistema digital se encontra conectado a rede mundial de internet, sendo este que são diversos arquivos para leitura. Paulsen (2014, p. 43) faz a seguinte denominação:

Assim como uma música não deixa de ser música por ter sido baixada pela Internet, em meio eletrônico, também um jornal ou revista não deixa de se caracterizar como tal por serem lidos no iPad. Sua função e importância como veículo da livre manifestação do pensamento segue idêntica.

Assim, no quadrante do arquivo de mídia *online* da qual o trabalho representa a temática, é encontrada em diversos sites de compra e busca. Com isso, a demonstração é de que alguns destes arquivos, como “ebooks”, “e-reader”, que se enquadram no rol do artigo 150, VI, alínea “d”, não é considerado por nossa Constituição, o inciso VI em seu parágrafo único traz:

[...] textos derivados de livro ou originais, produzidos por editores, mediante contrato de edição celebrado com o autor, com a utilização de qualquer suporte.

O arquivo de mídia *online* não sendo um pedaço de papel não deixa de ser um livro, um periódico, que favoreça a cultura, lazer e conhecimento em geral. Pois a busca por esse tipo de arquivo é considerável, e descarta-la como um tipo de arquivo que se enquadra no rol do artigo supracitado fica presumível uma inconstitucionalidade gerada para este não enquadramento.

No que tange à restrição, o inciso VII, do mesmo artigo já citado não faz restrição de definições de ebooks só para os que se destinam aos deficientes visuais, este inciso deixa em evidencia que estes livros digitais também são livros, incluindo esse modelo de livro expressamente no dispositivo.

No sentido estrito da palavra no dicionário Michaelis da língua portuguesa assim define o livro Michaelis (2008, p. 578):

Segundo a Unesco, publicação não periódica, impressa, contendo pelo menos 48 páginas, excluída a capa. Col: pilha, ruma (amontoados);

biblioteca, livraria (dispostos em ordem). 2 Coleção de lâminas de madeira ou marfim ou folhas de papel, pergaminho ou outro material, em branco, manuscritas ou impressas, atadas ou cosidas umas às outras. 3 Divisão de uma obra literária. 4 Qualquer coisa que pode ser estudada e interpretada como um livro: O livro da natureza. [...] 1 Pertencente ou relativo a período. 2 Que acontece ou aparece com intervalos regulares. 3 Diz-se da obra ou publicação que sai à luz em época fixa[...].

Formalmente o dicionário traz que o livro seria somente o livro de papel, porém no texto constitucional do artigo 150, inciso IV, alínea “d”, faz uma alusão interpretativa, onde o cunho social tem mais valor para tal definição.

Neste sentido, Wanderley (2013, p. 30) explana a importância do livro na evolução social humana, pois o conhecimento é transmitido de melhor forma pelo livro, não importando o seu modelo de fabricação e sim a sua qualidade:

A descoberta de cada nova tecnologia modifica o modo como o homem transmite a ideia escrita. Na antiguidade, a escrita era cunhada em pedras, o que trazia o enorme inconveniente tanto para a produção literária quanto para o transporte e armazenamento de qualquer mensagem. Posteriormente, um novo suporte físico fora criado para se adequar às novas necessidades, surgindo então o papiro, que facilitou o armazenamento e a divulgação das ideias, mas trouxe consigo a impropriedade de sua fragilidade. Diante de uma nova necessidade, o homem galgou novas descobertas, cujas necessidades foram supridas por um bom tempo por uma engenhosa invenção dos chineses – o papel.

Carraza (2004, p. 692/693) reluz o pensamento de o homem viver em uma realidade que clama pelo livro eletrônico, pois os dias atuais evidenciam a falta de tempo, onde uma mídia que comporta diversos arquivos podem facilitar a vida do ser humano e se não taxada é melhor ainda.

Já não estamos na Idade Média, quando a cultura só podia ser difundida por intermédio de livros. Nem nos albores do Renascimento, na chamada era de Gutemberg, quando os livros eram impressos, tendo por base material o papel. Hoje temos os sucedâneos dos livros, que, mais dia menos dia, acabarão por substituí-los totalmente. Tal é o caso dos CD-Roms e dos demais artigos da espécie, que contêm, em seu interior, os textos dos livros, em sua forma tradicional. [...] A nosso ver, no entanto, devem ser equiparadas ao livro, para fins de imunidade, os veículos de ideias, que hoje lhe fazem as vezes (livros eletrônicos) ou, até, o substituem. Tal é o caso – desde que didáticos ou científicos – dos discos, dos disquetes de computador, dos CD-Roms, dos slides, dos videocassetes, dos filmes etc.

No mais, adiante, será demonstrada a possibilidade da imunidade tributária alcançar o arquivo de mídia, o qual necessita desta previsão no rol do artigo 150, para que o leitor usufrua da melhor maneira possível do que procura e o legislador

se veja satisfeito pela possibilidade de sua vontade ser feita no que tange a imunidade.

Martins (1996, p.261) traz uma exposição da forma de demonstração da escrita desde a época da escrita em tábuas, as quais as leis devem atentamente acompanhar as necessidades do homem. A atualidade digital é inegável, está intrínseca na realidade humana e dela não terá como fugir:

Das tabuinhas xilográficas para os tabletes de argila, dos rolos manuscritos aos volumes em pergaminho e destes para os impressos em papel; dos estiletes para os pincéis e as penas de pato, destas para as metálicas e para os tipos móveis, o livro chegava assim ao que até agora é a sua última metamorfose técnica: a composição e impressão eletrônicas.

Ele ainda remete ao novo tipo de livro existente, que no momento da escrita do dispositivo da lei de imunidade tributária não existia, o arquivo de mídia *online*, que não descaracteriza a entitulação de livro por não ser escrito em um papel simples e sim estar disposto na rede mundial de internet, expondo da seguinte forma:

Paralelamente, das bibliotecas lenhosas e minerais para as da Antiguidade e da Idade Média, dos catálogos em fichários de cartão para os catálogos informatizados, também as bibliotecas estão acolhendo em número crescente o que Herbert Mitgang, do New York Times, denominou em 1.990 'O livro sem papel' (the paper-less book). (MARTINS, 1996, p.261).

Assim, o livro é demonstrado de uma outra forma, sendo no passado em uma tábua e agora em arquivos de mídia *online* (*ebooks*), mas não somente os livros, aí qualquer arquivo pode ser enquadrado, entre eles revistas, quadrinhos, tiras, entre outras tantas que são uma utilidade que de lazer passam em suma maioria a uma necessidade da sociedade atual.

Para se chegar a uma resposta da possibilidade do enquadramento do arquivo de mídia online no artigo de imunidade tributária é importante chegar ao consenso do significado específico de livro.

Pacheco (2003, p.20) remete uma explicação do que seria livro ao “pé” da letra, onde o que mais importa é sua finalidade e não seus meios:

O livro percorre o tempo e o espaço unindo vivos e mortos, presentes e ausentes. Para muitos é o lar, o lugar onde se sentem em casa. Para outros é o amigo que carregam para onde quer que vão. São a companhia silenciosa. livro é, pois, o conteúdo de um veículo que divulga informação, ciência, ficção, arte, ideias e cultura, no vasto domínio do conhecimento humano. A matéria, na qual o livro se impregna, se identifica, completa-o



mas não o define. O conceito necessário e suficiente de livro diz respeito ao seu conteúdo, finalidade e publicidade. Contingente é o seu suporte físico.

Com isso, a definição textual de livro reflete à sua finalidade, sendo que a lei explana somente a possibilidade de um livro ser alvo de imunidade tributária, assim, o arquivo de mídia *online* tendo sua finalidade volta a cultura, ideias, arte, domínio de conhecimento, como dito pelo autor, poderá ser enquadrado no rol dos artigos da imunidade tributária.

Ele ainda define a não importância do papel impresso do livro, o que mais interessa é a sua essência, onde ele é editado não deixa de caracterizá-lo como livro, e somente existe uma busca do homem na evolução condizente ao tempo em que vive, o arquivo de mídia *online* é uma das formas atuais que mais são utilizadas, sendo assim definido:

O essencial ao livro, portanto, não é o papel, cujo emprego foi difundido apenas nos fins da Idade Média. Também não é essencial a forma com que o papel, o pergaminho, o papiro ou as tábuas de argila são enfeixados ou montados. Na verdade, tais suportes físicos apenas se tornam livros na medida em que veiculam determinado conteúdo, sendo – como toda concreção de uma ideia – constantemente aperfeiçoados na infinita busca do homem pela perfeição (argila > papiro > pergaminho > papel > disquete > CD-ROM > CD-R > CD-RW > ?) (PACHECO, 2003, p.20)

O livro é inegavelmente um objeto que acompanha a evolução do homem, mesmo sendo escrito em formas e estilos diferentes nunca fora deixado de ser considerado livro, com isso, o arquivo de mídia online é um livro, mesmo sendo digital, então possível de enquadramento no rol dos arquivos de mídia *online*.

Porém, existe muita divergência no Supremo Tribunal Federal no que se refere ao conceito extrínseco da palavra livro, pois a demonstração disso fica claro no decorrer desta discussão:

Parece-nos que o STF tem confundido a questão da abrangência do conceito de livro em sua substancialidade para fins de imunidade tributária com problema de insumo que ensejaria a aplicação da famigerada súmula 657. Tal posicionamento de nossa corte mostra-se contraditório com os precedentes da casa que demonstram os valores que são albergados pela imunidade em estudo, conforme comprovam as decisões adrede apresentadas.

Além disso, restringir a imunidade ao papel cuja produção ocasiona sério danos ambientais e crivar com tributo aquela produção em formato eletrônico que desonera a natureza e pluraliza a cultura é algo totalmente ilógico, incongruente, caminhando de encontro às necessidades do planeta e da humanidade.

Entendemos que é dado o momento para revisão do posicionamento do Supremo Tribunal Federal, devendo analisar a questão do livro eletrônico não como um insumo, ensejando a aplicação da Súmula 657; mas sim sob o prisma do alcance do conceito de livro para fins da imunidade inscrita na alínea d, do inciso VI, do artigo 150 da Constituição Federal.

Importante registrar que o Supremo, através do Plenário Virtual, reconheceu a repercussão geral do tema[4]. Desta forma, esperamos que a questão posta seja apreciada pelo plenário da corte, analisando-se o tema sob o prisma aqui proposto, em detrimento da aplicação cartesiana da súmula". (STF, 2007)

Isso reflete as indecisões do supremo a cerca do tema, pois a essência da questão circunda em grande proporção em torno do significado da palavra livro, essa definição em questão ainda não pacificada gera uma insegurança jurídica no que se refere a imunidade tributária para os arquivos de mídia *online*.

## 2.1 PREVISÃO NO ROL DA IMUNIDADE TRIBUTÁRIA

Admitindo o artigo 150 alínea, inciso IV, alínea d, os jornais, livros, revistas e periódicos como imunes à tributação o questionamento sobre o enquadramento dos arquivos de mídia online vem a tona, sendo a vontade do legislador passível de indagação no quesito ao alcance da intenção no momento da criação de tal dispositivo.

O antigo conceito não advém ao mundo moderno, pois no momento da criação do artigo de lei provavelmente não existia arquivos de mídia online e até mesmo a internet não estava tão em alta e não se encontrava em grande parte das casas brasileiras, a respeito disso Martins (1990, p.123), elenca:

A letra d do inciso VI reproduz o texto de idêntica redação da Emenda Constitucional no 1/69, art. 19, III, d. A proposta que levei aos constituintes era mais ampla. Em face da evolução tecnológica dos meios de comunicação e daqueles para edição e transmissão, tinha sugerido, em minha exposição para eles, a incorporação de técnicas audiovisuais. Os constituintes, todavia, preferiram manter a redação anterior, à evidência útil para o Brasil do após-guerra, mas absolutamente insuficiente para o Brasil de hoje.

Sendo assim, a doutrina visualiza nos tempos atuais, a característica que lei tem de facilitar a vida de quem procura algo para aprimorar conhecimento, cultura e lazer. Os arquivos que são online certamente podem se destinar a essa ânsia do

leitor, que busca uma adquirir conhecimento, mas de forma barata e com qualidade, para isso acontecer, a não tributação deste tipo de arquivo pode não ser essencial, mas é de grande valia. Baleeiro (2010, p.95), traz que:

Livros, jornais e periódicos são todos os impressos ou gravados, por quaisquer processos tecnológicos, que transmitam aquelas ideias, informações, comentários, narrações reais ou fictícias sobre todos os interesses humanos, por meio de caracteres alfabéticos ou por imagens e, ainda, por signos Braille destinados a cegos. A Constituição não distingue, nem pode o intérprete distinguir, os processos tecnológicos de elaboração dos livros, jornais e periódicos, embora os vincule ao papel como elemento material de seu fabrico. Isso exclui, pareceu-nos, os outros processos de comunicações do pensamento, como a radiodifusão, a televisão, os aparelhos de ampliação de som, a cinematografia, etc., que não têm por veículo o papel.

Referindo-se novamente ao legislador, a sua tentativa de facilitar a vida de quem busca algo mais acessível para sua leitura, essa tentativa fica desmantelada quando se refere aos arquivos de mídia *online*, pois quando o imposto é incidido sobre esse tipo de documento a previsão da lei e a de quem a escreve fica a desejar, ou seja, ela não especifica que a cobrança tributária será somente para este ou aquele tipo de arquivo, por exemplo, a incidência para o *ebook* e a não cobrança para o livro de papel. Carvalho (2007, p.129) ressalta que:

Não trepidaríamos em inscrever nessa pauta de preposições levianas mais aquela que identifica a presente rubrica. Dizer que as imunidades são sempre amplas e indivisíveis, que não suportam fracionamentos, protegendo de maneira absoluta as pessoas, bens ou situações que relatam, é discorrer sem compromisso; é descrever sem cuidado; sem o desvelo necessário à construção científica.

Essa indivisibilidade prevista pelo autor remete ao princípio isonômico da legislação tributária, a qual tarja de forma errônea e leviana que “x” pagará imposto e “y” não, mesmo os dois possuindo requisitos suficientes para serem cabidos no texto do artigo 150, inciso VI, alínea “d”. Pois inegável que é a sua periodicidade, e ainda como o próprio artigo prevê, um livro.

Em uma visão ampla, em uma análise geral, diante de todo o exposto, Oliveira (2003, p. 145):

O que há num nome? Aquilo que chamamos de rosa não perderia sua doce fragância se por qualquer outro nome fosse chamado. A famosa e lúcida observação de Julieta veio-nos à mente a propósito do artigo 150 da nossa Lei Maior em vigor [...]. Não é difícil concluir, então, que realmente não é um

nome como não é o suporte ou o formato de uma coisa que noz diz o que ela é, e, sim, o seu caráter essencial, ou seja, aquilo que situa um ser numa dada espécie [...]. [...]modelo impresso (print model) que conformou os jornais e livros já começa a ser substituído por novas tecnologias.

A essência é mais importante na questão, sendo esta voltada principalmente para o cunho do conhecimento, podendo também desfrutar do lazer, ou até mesmo um passa tempo. Interessando assim o conteúdo trazido pela “coisa” que dará a definição da palavra livro ou não.

A mera alusão de livros por existir escrito em folhas de papel de certa forma ironiza o escritor e produtor da obra, pois pode existir conteúdos neste modelo previsto que não remetem às características fundamentais para existir a possibilidade de imunidade tributária, como a busca pela educação ou conhecimento.

Essa liberdade gerada para os livros escritos é uma intentada contra o que o dispositivo legal infere, pois a intenção deste é que a acessibilidade se torne um preceito comum para ambos, porém sem ferir o princípio constitucional que seria nessa busca um algo maior, como já dito, o conhecimento, lazer e educação.

### 3 A IMUNIDADE TRIBUTÁRIA PARA OS ARQUIVOS DE MÍDIA *ONLINE*

Sendo o artigo da imunidade tributária voltado a não cobrança de impostos para livros, jornais, revistas, periódicos e papéis destinados a sua impressão, a interpretação voltada para um arquivo, sendo este online, é inegável a sua possibilidade de não ser taxado, caso este se disponha contido dentre os cinco tipos passíveis de não incidência. Com isso, a sua qualidade não importa a quem aplica a norma, pois o seu enquadramento é somente o que interessa, assim entendendo o STF quando se refere ao tema, como já fora citado e sendo necessária a sua nova demonstração:

‘Álbum de figurinhas’. Admissibilidade. A imunidade tributária sobre livros, jornais, periódicos e o papel destinado à sua impressão tem por escopo evitar embaraços ao exercício da liberdade de expressão intelectual, artística, científica e de comunicação, bem como facilitar o acesso da população à cultura, à informação e à educação. O Constituinte, ao instituir esta benesse, não fez ressalvas quanto ao valor artístico ou didático, à relevância das informações divulgadas ou à qualidade cultural de uma publicação. Não cabe ao aplicador da norma constitucional em tela afastar este benefício fiscal instituído para proteger direito tão importante ao exercício da democracia, por força de um juízo subjetivo acerca da qualidade cultural ou do valor pedagógico de uma publicação destinada ao público infanto-juvenil. (RE 221.239, Rel. Min. Ellen Gracie, julgamento em 25-5-2004, Segunda Turma, DJ de 6-8-2004. No mesmo sentido: RE 179.893, Rel. Min. Menezes Direito, julgamento em 15-4-2008, Primeira Turma, DJE de 30-5-2008. (STF, 2008)

Velloso (2007, p. 215), reflete ainda a cerca do tema:

Entende-se que é inviável a restrição da imunidade com base num juízo subjetivo acerca da qualidade da publicação, uma vez que a imunidade é ampla, não se limitando às publicações de elevado valor cultural, científico, artístico ou didático.

A vontade do legislador em remeter este arquivo ao futuro fora bem clara, pois não ouve uma especificação no artigo, por exemplo: livros de papel, somente: livros, com isso, a universalidade do alcance deste dispositivo é algo irrenunciável, pois o seu não alcance aos arquivos de mídia *online* faz disso uma inconstitucionalidade, pois não respeita a vontade do poder legislativo impresso na constituição brasileira.

O Recurso Extraordinário que explica o embate existente acerca do tema, trata de início a negatória da imunidade tributária:

Aqueles que defendem tal posicionamento aduzem que, ao tempo da elaboração da Constituição Federal, já existiam diversos outros meios de

difusão de cultura e que o constituinte originário teria optado por contemplar o papel. Estender a benesse da norma imunizante importaria em desvirtuar essa vontade expressa do constituinte originário. (STF, 2007)

Em sentido contrario a essa decisão, desde 2010, existe um processo que percorre no Senado Federal, por outro lado, desde 2010, tramita no Senado Federal um Projeto de lei nº 114, que tem como pretensão a inclusão da Lei nº 10.753/2003 igualando constitucionalmente o *e-book* com o livro físico. Assim, geraria uma maior segurança jurídica a cerca do assunto, da qual facilitaria inúmeras decisões em tribunais pelo país.

Como já dito pelo professor Machado (2013), o livro, jornal, revista ou periódico, deve ser entendido no seu sentido finalístico, sendo que objetivo pretendido pelo legislador se vê frustrado quando não se é aplicada a norma de imunidade da forma a que se pretendia. Ele ainda leciona que:

A melhor interpretação das normas da Constituição é aquela capaz de lhes garantir a máxima efetividade. Toda imunidade tem por fim a realização de um princípio que o constituinte considerou importante para a nação. A imunidade dos livros, jornais e periódicos tem por fim assegurar a liberdade de expressão do pensamento e a disseminação da cultura. Como é inegável que os meios magnéticos, produtos da moderna tecnologia, são hoje de fundamental importância para a realização desse mesmo objetivo, a afirmativa se impõe. O entendimento contrário, por mais respeitáveis que sejam, e são, os seus defensores, leva a norma imunizante a uma forma de esclerose precoce, inteiramente incompatível com a doutrina do moderno constitucionalismo, especialmente no que concerne à interpretação especificamente constitucional. (MACHADO, 2013, p.38)

Com isso, o autor traz a norma para uma realidade, sendo que a interpretação passa a ser mais condizente com um mundo diferente do vivido em 1988.

O princípio isonômico tributário, é um detalhe a mais a respeito da cobrança indevida que é incidida sobre os arquivos de mídia *online*. Pois um imposto não cobrado para um tipo de arquivo ou documento, não pode ser cobrado para outro igual, que possuem a mesma característica expressa no dispositivo de lei. A exemplo de uma revista escrita em papel e uma *online*, onde a primeira não é taxada e a segunda sim, mesmo as duas se enquadrando no rol do artigo 150, mais especificamente no quesito periodicidade.

Especificando melhor ao referido princípio, o autor José Afonso da Silva (2010, p.714), trata a isonomia tributária como inconstitucional se os contribuintes equivalentes forem tratados de forma desigual, pois o artigo 150, inciso II, especifica

essa situação, onde é vedada a distinção por denominação jurídica pelos autores que exercem. O artigo se refere a qualquer tributo que seja, assim é trazido pela Constituição Federal de 1988:

Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:  
(...)  
II - instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos;

A vedação para cobrança de impostos para arquivos de mídia *online* fica mais provável, pois ela se enquadra no inciso VI do artigo 150 e sendo impossível distinção de cobrança para pagantes equivalente, esse tipo de arquivo fica imune ao tributo.

A evolução é um termo que se ajusta ao livro *online*, pois com o passar do tempo as mudanças ocorrem e se ajustam conforme as necessidades humanas, onde com um equipamento pode ser ter diversos arquivos de leitura, diversão, agenda, entre outras coisas. Machado (2003, p.101):

O que está acontecendo é nada menos que a redefinição dos meios pelos quais lemos e escrevemos, falamos e nos correspondemos com os outros, como nos divertimos e nos educamos, como resolvemos nossos conflitos – como formamos as amizades e as comunidades e como desempenhamos os nossos papéis como cidadãos. Essas mudanças tomam uma multiplicidade de formas diferentes e dão nascimento a um novo vocabulário – bulletin boards, e-mail, MUDS and MOOS, grupos de discussão, fibras óticas, televisão por cabo, CD-ROMS, satellite disckes, transmissores de microondas, narrowcasting.

O tributo imposto sobre a mídia *online* gera uma dificuldade das empresas produzirem tal artefato e assim um encargo maior na fabricação, da qual o maior prejudicado é o consumidor final que arcará com um tributo desnecessário que irá impedir a busca por conhecimento ou lazer.

Para Felipe Daudt de Oliveira (2003, p.75) a restrição do artigo não se faz correta, pois um formato apenas não poderia gerar a negação de imunidade tributária, pois seria desconsiderar um pensamento artístico, intelectual, científica ou

de comunicação, onde a previsão de liberdade de expressão do legislador não pode ser deixada de lado:

A leitura desses preceitos constitucionais, não é difícil concluir que a interpretação restritiva da palavra livro, no art. 150 da Lei Maior, poderia tornar letra morta os dispositivos que asseguram a 'livre manifestação do pensamento', a 'livre expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação', a 'liberdade de aprender, ensinar e pesquisar', enfim, a expressão de ideias em seu sentido amplo 'sob qualquer forma, processo ou veículo'. Efetivamente bastaria muda-se o suporte ou a embalagem da obra literária, científica ou artística e lá iria por água abaixo a imunidade do art. 150, pondo em cheque aquelas sagradas liberdades. Assim, situando a norma que queremos interpretar no sistema da Lei Maior, cotejando-as com aquelas outras relativas ao mesmo objeto, todas seriam esvaziadas do seu conteúdo se limitasse a abrangência semântica da palavra livro.

A consideração de imunidade tributária aos arquivos de mídia *online* vem como corolário do neoconstitucionalismo, pois a metodologia interpretativa constitucional se dá por uma forma mais branda e flexível, do qual impor uma restrição a uma palavra (livro), pode gerar uma gama imensurável de perdas para a sociedade

A forma interpretativa constitucional deve se adaptar com a realidade, sendo a busca árdua, pois uma constituição criada em 1988 não teria como prever o que aconteceria nos dias atuais em sua totalidade, com isso, o bom senso deve entrar em tela e ser imposto o que é melhor para o homem. Dória (1986, p. 27):

Jamais deveremos esquecer que é uma Constituição que estamos interpretando... uma Constituição concebida para subsistir por gerações e, conseqüentemente, para ser adaptada às várias crises dos negócios humanos.

Dória (1986, p. 28) ainda explana que existe uma divisão de poderes, cabe a cada um, juiz e legislador, arguir somente o que é de sua competência, pois um juiz que indefere a imunidade para um arquivo de mídia *online* está infringindo o que compete ao legislador.

O livro constitucionalmente imunizado é o de papel. Eventual exoneração do livro eletrônico há de ser viabilizada pelos legítimos representantes eleitos pelo povo, via emenda constitucional ou projeto de lei. O juiz não tem autorização constitucional para tributar nem para exonerar. Somente o legislador tem autoridade para esse mister, em sufrágio da Separação dos Poderes e do Estado Democrático de Direito.



Sabbag (2012, p.369) destaca uma decisão monocrática em que o Ministro Dias Toffoli negando a possibilidade de imunidade tributária para os arquivos de mídia *online* :

Importante destacar que, em fevereiro de 2010, o Ministro Dias Toffoli, em decisão monocrática no RE 330.817/RJ, afastou a imunidade do livro eletrônico. O mencionado recurso extraordinário foi movido pelo governo do Rio de Janeiro contra acórdão da Justiça fluminense, que imunizara a Editora Elfez Edição Comércio e Serviços quanto ao pagamento do ICMS sobre a venda de CDs relativos à sua Enciclopédia Jurídica Soibelman. É oportuno registrar, ainda, que, antes de Toffoli, os ministros Joaquim Barbosa, Eros Grau e Cezar Peluso já haviam votado monocraticamente contra a extensão da imunidades a conteúdos eletrônicos (ver, respectivamente, RE 416.579/RJ, RE 282.387/RJ e AI 530.958/GO).

Como já dito, houve na decisão monocrática e no acórdão anteriormente interposto uma invasão de competência, pois o legislador, quando criou o artigo, havia deixado implícito o que seria alvo de imunidade tributária, deixando a caráter de necessidade e não do meio que este livro seria transpassado, e os ministros interferiram nessa vontade do legislador e negaram a imunidade.

Essa discussão não veio a tona de hoje, existem acórdão favoráveis a esse tipo de arquivo *online* desde 1999, assim é visível a possibilidade de enquadramento deste tipo (mídia *online*) no rol do artigo 150 da constituição federal:

CONSTITUCIONAL E TRIBUTÁRIO. IMUNIDADE. CD - ROM. LIVROS IMPRESSOS EM PAPEL, OU EM CD - ROM, SÃO ALCANÇADOS PELA IMUNIDADE DA ALÍNEA "D" DO INCISO VI DO ART. 150 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. A PORTARIA MF 181/89 - NA QUAL SE PRETENDE AMPARADO O ATO IMPUGNADO - NÃO DETERMINA A INCIDÊNCIA DE IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO E IPI SOBRE DISQUETES, CD - ROM, NOS QUAIS TENHA SIDO IMPRESSO LIVROS, JORNAIS OU PERIÓDICOS. REMESSA NECESSÁRIA IMPROVIDA.(REO 9802028738, Rel. Desembargador Federal ROGERIO VIEIRA DE CARVALHO, TRF2 - QUARTA TURMA, DJ de 18/03/1999. (TRF, 1999)

Desembargador Federal Relator deu o seguinte destaque:

O CD-ROM, o disquete, assim como o papel, que apresentam um livro, um jornal, um periódico, acabado, sem dúvida alguma, é alcançado pelo referido dispositivo constitucional. Um livro gravado em disquete não deixa de ser um livro só por esta circunstância. Um periódico gravado em CD-ROM não perde a sua condição de periódico, pelo só fato da gravação em CD. O jornal que leio, via internet, jornal é. Ou não? Os livros da Lex - Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e Tribunais Regionais Federais têm sido editados em CD-ROM. Deixam de ser livros, só por isto?.

O inconformismo da decisão faz jus ao que se refere a temática do presente trabalho, pois existe uma periodicidade circundada na questão, não importando a forma em que esteja e sim a sua finalidade.

A Juíza Consuelo Yoshida, no dia 03/11/2008, deu a sua posição diante do tema:

CONSTITUCIONAL. TRIBUTÁRIO. IMUNIDADE. LIVROS ELETRÔNICOS E ACESSÓRIOS. INTERPRETAÇÃO TELEOLÓGICA E EVOLUTIVA. POSSIBILIDADE. 1. Na hipótese dos autos, a imunidade assume a roupagem do tipo objetiva, pois atribui a benesse a determinados bens, considerados relevantes pelo legislador constituinte. 2. O preceito prestigia diversos valores, tais como a liberdade de comunicação e de manifestação do pensamento; a expressão da atividade intelectual, artística e científica e o acesso e difusão da cultura e da educação. 3. Conquanto a imunidade tributária constitua exceção à regra jurídica de tributação, não nos parece razoável atribuir-lhe interpretação exclusivamente léxica, em detrimento das demais regras de hermenêutica e do "espírito da lei" exprimido no comando constitucional. 4. Hodiernamente, o vocábulo "livro" não se restringe à convencional coleção de folhas de papel, cortadas, dobradas e unidas em cadernos. 5. Interpretar restritivamente o art. 150, VI, "d" da Constituição, atendo-se à mera literalidade do texto e olvidando-se da evolução do contexto social em que ela se insere, implicaria inequívoca negativa de vigência ao comando constitucional. 6. A melhor opção é a interpretação teleológica, buscando aferir a real finalidade da norma, de molde a conferir-lhe a máxima efetividade, privilegiando, assim, aqueles valores implicitamente contemplados pelo constituinte. 7. Dentre as modernas técnicas de hermenêutica, também aplicáveis às normas constitucionais, destaca-se a interpretação evolutiva, segundo a qual o intérprete deve adequar a concepção da norma à realidade vivenciada. 8. Os livros são veículos de difusão de informação, cultura e educação, independentemente do suporte que ostentem ou da matéria prima utilizada na sua confecção e, como tal, fazem jus à imunidade postulada. Precedente desta E. Corte: Turma Suplementar da Segunda Seção, ED na AC n.º 2001.61.00.020336-6, j. 11.10.2007, DJU 05.11.2007, p. 648. 9. A alegação de que a percepção do D. Juízo a quo ingressa no campo político não merece acolhida, haja vista que interpretar um dispositivo legal é exercício de atividade tipicamente jurisdicional. 10. Não há que se falar, de outro lado, em aplicação de analogia para ampliar as hipóteses de imunidade, mas tão-somente da adoção de regras universalmente aceitas de hermenêutica, a fim de alcançar o verdadeiro sentido da norma constitucional. 11. Apelação e remessa oficial improvidas. (AMS 200061040052814, JUIZA CONSUELO YOSHIDA, TRF3 - SEXTA TURMA, 03/11/2008) (TRF, 2008)

A referida juíza reflete ao que destina por um todo no que tange imunidade tributária para os arquivos de mídia *online*, pois ele indica o conceito da palavra livro, a sua periodicidade e a finalidade, não deixa a desejar em sua explanação, demonstrando a possibilidade de existir imunidade tributária para os arquivos de mídia *online*.

BALEEIRO (1977, p. 189/191) a respeito de imunidade tributária demonstra a seguinte posição:

A Constituição almeja duplo objetivo ao estatuir essa imunidade: amparar e estimular a cultura através dos livros, periódicos e jornais; garantir a liberdade de manifestação do pensamento, o direito de crítica e a propaganda partidária [...].

[...] o imposto pode ser meio eficiente de suprimir ou embaraçar a liberdade da manifestação do pensamento, a crítica dos governos e homens públicos, enfim, de direitos que não são apenas individuais, mas indispensáveis à pureza do regime democrático".

O Tribunal Regional Federal da 2ª Região, em um julgado de MS 98.02.02873-8 – Rel. Des. Fed. Rogério Vieira de Carvalho, com acórdão da seguinte forma:

Constitucional e Tributário. Imunidade. CD-ROM.

Livros impressos em papel, ou em CD-ROM, são alcançados pela imunidade da alínea "d" do inciso VI do art. 150 da Constituição Federal. A Portaria MF 181/89 – na qual se pretende amparado o ato impugnado – não determina a incidência de imposto de importação e IPI sobre disquetes, CD-ROM, nos quais tenha sido impresso livros, jornais ou periódicos. Remessa necessário improvida.(TRF2, 2008)

Nesta decisão também não existe distinção entre livro de papel e *CD-ROM*, somente impõe a possibilidade de imunidade para um arquivo de mídia.

Sabbag (2012, p. 369) demonstra os possíveis problemas sociais que podem ocorrer com a incidência tributária sobre os arquivos de mídia *online*, onde seria uma forma de dificultar a busca do cidadão brasileiro por conhecimento.

que em singelas palavras, parece que faz questão de ir contra ao entendimento doutrinário, pois, os mesmos não possuem tamanha capacidade, disponibilidade, "dia a dia" dos doutrinadores que se entregam horas e mais horas de estudos específicos e sociais.

Portanto, torna-se clara a preocupação dos doutrinadores, pois imaginemos se nosso Supremo Tribunal parte para uma linha diferente das dos mitigados pelos mesmos?

Não estariam "freando" a sede maçante em que o Brasil encontra-se para ser considerado um país moderno?

Não estariam, ao invés de incentivar a modernização e evolução da sociedade, reprimindo-a mesma com grandes e altas incidências tributárias?

Machado (2003 p. 312), conclui:

a) O disposto no art. 150, VI, d, da Constituição Federal de 1.988 abrange também os livros contidos em CD-ROM, disquetes, na Internet, ou em qualquer outro suporte físico, eletrônico ou não, pois:

a.1) mesmo gramaticalmente, livro pode ser compreendido “do ponto de visto do seu conteúdo: obra de cunho literário, artístico, científico, técnico, documentativo etc., que constitui um volume”, e “em qualquer suporte (p. ex. papiro, disquete etc.)

a.2) o recurso aos demais elementos clássicos de interpretação também autoriza idêntica conclusão;

a.3) em se tratando de norma constitucional, sua interpretação deve ser aquela (que lhe insufla a mais ampla extensão jurídica”. A regra contida no art. 150, VI, d, deve ser compreendida à luz dos princípios nela concretizados, e da evolução da realidade fática nela referida;

a.4) não há risco para o futuro da fiscalidade, pois a imunidade não se destina aos produtos de informática de uma maneira geral, nem a tudo que por meio deles se faça, mas tão somente aos chamados “livros eletrônicos”;

b) Da mesma forma como o papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos é imune, também estão albergados pela imunidade os suportes físicos dos livros, jornais e periódicos eletrônicos (CDs, disquetes ou similares que sejam destinados à sua gravação).

Assim o autor encerra a linha de raciocínio de forma a pontuar cada possibilidade de não incidência tributária, desde os princípios fundamentais até as suas características mais simplórias, enfatizando a possibilidade do enquadramento dos arquivos de mídia online no rol do artigo 150, inciso IV, alínea “d”, da Constituição Federal do Brasil de 1988.

Vale ressaltar ainda o que este nos planos de decisão do supremo tribunal federal, onde é vista a repercussão geral 13, do qual esta concluso pelo Ministro Dias Toffoli:

EMENTA: DIREITO CONSTITUCIONAL E TRIBUTÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO. PRETENDIDA IMUNIDADE TRIBUTÁRIA A RECAIR SOBRE LIVRO ELETRÔNICO. NECESSIDADE DE CORRETA INTERPRETAÇÃO DA NORMA CONSTITUCIONAL QUE CUIDA DO TEMA (ART. 150, INCISO IV, ALÍNEA D). MATÉRIA PASSÍVEL DE REPETIÇÃO EM INÚMEROS PROCESSOS, A REPERCUTIR NA ESFERA DE INTERESSE DE TODA A SOCIEDADE. TEMA COM REPERCUSSÃO GERAL. (STF, 2009)

A decisão reprisada demonstra a importância do tema, pois o cunho da pauta é de imensurável importância da sociedade brasileira. Sendo essa decisão sem a manifestação expressa dos Ministros Ayres Britto e Joaquim Barbosa.

Assim, demonstra a atualidade temática, que impõe uma discussão com um alto grau reflexivo, pois é de enorme importância.

A jurisprudência em âmbito geral entra em conflito no que tange ao tema da imunidade tributária para arquivos de mídia *online*, porém a maioria das decisões em tribunais regionais remetem a possibilidade de aceitação da imunidade para arquivos deste tipo, onde são acatados pedidos para CDs e disquetes, sendo esse tipo de arquivo considerado passível de não acobertamento de impostos.

Dá-se a entender que este arquivo não é de papel e sim de plástico, os quais carregam em seu conteúdo a explanação de um livro, ou seja, no âmbito jurídico, passa de uma “coisa” tributada a um livro não tributado de forma legal.

O livro então passa a ter outra característica que não somente as folhas em papel impresso passa vir em um material de plástico e mais compacto, sendo importante somente a sua essência ou conteúdo.

Deduzindo a cerca da reflexão supracitada, é impossível não pensar no arquivo de mídia *online*, a qual como CD ou disquete não possui conteúdo escrito em folhas de papel, porém continua sendo tributado indevidamente, ferindo os princípios da isonomia tributária, não existindo uma proporcionalidade para esse tipo de produto.

A busca pela possibilidade de enquadramento da imunidade tributária no rol do artigo 150, inciso IV, alínea “d” da Constituição Federal de 1988 é plenamente possível, pois além da jurisprudência ser majoritariamente a favor, existe a busca não somente pela não tributação e sim uma tentativa de ajudar no desenvolvimento do país e um futuro melhor para a sociedade que carece de conhecimento, ensino, lazer.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho visou abordar a temática da imunidade tributária atingindo os arquivos de mídia *online*, sendo este tipo de documento podendo ser acessado em tablets, computadores, celulares, ou meios eletrônicos que possuem acesso a rede mundial de internet.

No momento da elaboração do dispositivo que se encontra na Constituição Federal brasileira de 1988, mais especificamente no rol da imunidade tributária, que se encontra no artigo 150, VI, alínea “d”, sua caracterização foi claramente expandida, pois focou em livros, jornais, revistas, periódicos e papéis destinados a sua impressão.

Assim, o legislador quis deliberar o enquadramento de qualquer documento que se enquadre no artigo 150, sendo que a monografia enfatizou a possibilidade do arquivo de mídia *online* ser entendido como “merecedor” desta imunidade.

Com o objetivo alcançado, da imunidade tributária, o norte do produtor deste tipo de arquivo se torna mais amplo, pois as suas economias voltadas ao pagamento de tributo se tornam mais úteis para a produção do documento em questão, talvez gerando ainda, para o consumidor final, a possibilidade de encontrar o que procura gratuitamente e mais completo.

Inegável que um livro, uma revista ou um quadrinho escrito em uma folha de papel seja aceitável a sua imunidade tributária, pois eles geram cultura, lazer, conhecimento. O trabalho abordou a possibilidade do arquivo de mídia *online* também possuir essas características fundamentais para adquirir imunidade tributária e ser incluso no dispositivo desta questão.

Com as decisões que tramitam no Senado Federal e no Supremo Tribunal Federal a respeito da imunidade tributária para os arquivos de mídia *online*, estes sendo arquivos encontrados através de dispositivos como tablets, celulares,

computadores e outros do mesmo gênero, fará com que seja gerada uma maior segurança jurídica.

No que tange a questão jurisprudencial, existe no Supremo Tribunal Federal uma grande discussão a cerca dessa temática, porém uma maioria de decisões circundam o favorecimento da imunidade tributária ser beneficiadora dos arquivos de mídia *online*, mesmo existindo posicionamento desfavorável.

Segurança essa, que firmada após uma decisão definitiva a cerca do tema, facilitará decisões de inúmeros tribunais pelo país. Não esquecendo que trará um melhor aproveitamento para os consumidores de mídia *online*, que terão o reflexo de melhores documentos e mais facilidade para a busca dos mesmos.

Já os produtores, terão certamente uma redução no custo de elaboração dos arquivos de mídia, os quais tendo a carga tributaria reduzida ou imunizada terão mais condições de construção de melhores livros, revistas, jornais, quadrinhos, sendo estes todos *online*.

## REFERÊNCIAS

**A EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE LIVRO:** sua Repercussão sobre a Regra de Imunidade Constante do Art. 150, VI, d, da Constituição Federal de 1988. Disponível em: <[http://ibet.com.br/monografia/2009-02/Thiago\\_Barbosa\\_Wanderley.pdf](http://ibet.com.br/monografia/2009-02/Thiago_Barbosa_Wanderley.pdf)> 01jun.2015.

ALEXANDRE, Ricardo. **Direito tributário**. 7. ed. São Paulo: Método, 2013.

BALEEIRO, Aliomar. **Limitações constitucionais ao poder de tributar**. Atualizado por Misabel Abreu Machado Derzi. 8.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

BRASIL. Supremo Tribunal de Justiça. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Lei nº 10.753/2003, de 30 de outubro de 2003:** Institui a Política Nacional do Livro. Diário Oficial da república Federativa do Brasil. Disponível em:  
< [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/l/](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l/)>. Acesso em: 01jun.2015.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **A CONSTITUIÇÃO E O SUPREMO**. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/constituicao/artigoBd.asp#visualizar>>. Acesso em 22out.2014.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Disponível em:  
<<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=22377>> Acesso em 10fev.2014.

BORGES, José Souto Maior. **Isenções tributárias**. São Paulo: Sugestões Literárias, 2000.



CARRAZA, Roque Antonio. **Curso de Direito Constitucional Tributário**. 19.ed. São Paulo: Malheiros, 2004.

CARVALHO, Paulo de Barros. **Curso de direito tributário**. 18.ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

COELHO, Sacha Calmon Navarro. **Comentários à Constituição de 1988: sistema tributário**. 6.ed. Rio de Janeiro: Forense, 1997.

COSTA, Regina Helena. **Imunidade tributária: teoria e análise da Jurisprudência do STF**. 2.ed. São Paulo: Malheiros, 2006.

**COMENTÁRIOS SOBRE A PALÁVRA LIVRO**. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=livro>> Acesso em 01jun.2015.

DÓRIA, Antonio Roberto Sampaio. **Direito constitucional tributário e due process os law**. Rio de Janeiro: Forense, 1986.

FELÍCIO, Carlos Eduardo. Tratamento da imunidade do livro eletrônico pelo Supremo Tribunal Federal: por uma mudança necessária. *In: Jus Navigandi*, Teresina, ano 18, n. 3488, 18 jan. 2013. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/23488>>. Acesso em: 3 maio 2013.

MACHADO, Hugo de Brito. **Curso de direito tributário**. 30.ed. São Paulo: Malheiros, 2009.

MACHADO, Hugo de Brito. **Curso de direito tributário**. 34.ed. Revista, atualizada e ampliada. São Paulo: Malheiros, 2013.

MACHADO, Hugo de Brito. **Imunidade Tributária do Livro Eletrônico**. São Paulo: Atlas, 2003.

MARTINS, Ives Gandra da Silva. **Comentários à constituição do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988**. São Paulo: Saraiva, 1990.

MARTINS, Wilson. **A palavra escrita: história do livro, da imprensa e da biblioteca**. São Paulo: Ática, 1996.

MIRANDA, Pontes de. **Comentários à Constituição de 1946**. 2.ed. São Paulo: Max Limonad, 1953.

NOGUEIRA, Ruy Barbosa. **Curso de direito tributário**. 15.ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

OLIVEIRA, Felipe Daudt. **O sentido da palavra livro no art. 150 da Constituição Federal: Proteção de uma essência e não de um Nome**. São Paulo: Atlas, 2003.

PACHECO, Angela Maria da Motta. **Imunidade tributário do livro**. São Paulo: Atlas, 2003.

PAULSEN, Leandro. **Curso de direito tributário completo**. 6.ed. Porto Alegre: Livraria do advogado, 2014.

PAULSEN, Leandro; MELO, José Eduardo Soares de. **Impostos federais, estaduais e municipais**. 6. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2011.

SABBAG, Eduardo. **Manual de direito tributário**. São Paulo: Saraiva, 2012.

SILVA, José Afonso da. **Comentário contextual à constituição**. 7.ed. São Paulo: Malheiros, 2010.

SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. 33.ed. São Paulo: Malheiros, 2010.